

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

CARACTERIZAÇÃO E INSERÇÃO DA RA CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO NO CAMPO
DOS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Paula Andrea Frasca (Ufscar)

Carolina Maria Pozzi de Castro (Ufscar)

Caracterização e Inserção da RA Central do Estado de São Paulo no Campo dos Estudos Urbanos e Regionais

Resumo

O propósito deste artigo é apresentar uma caracterização sócio-econômica dos municípios da Região Central do Estado de São Paulo resultado de uma dinâmica setorial macro regional que em suas reestruturações produtivas é responsável pela (re)organização do espaço nacional, regional e intra-urbano. Tal abordagem se insere no contexto das discussões sobre o comportamento geográfico/locacional das atividades econômicas no território principalmente a partir do processo de desconcentração industrial ocorrido em São Paulo com a valorização, expansão e o fortalecimento de cidades médias dinamizando e reconfigurando a rede urbana. Sob o pressuposto de que as transformações ocorridas na dimensão econômica são incorporadas pela dimensão espacial, este trabalho visa contextualizar a Região Central nos estudos de caracterização e classificação das tipologias urbano-regionais considerando sua diversidade setorial e a inter-relação de funções entre os municípios.

1. Introdução

A atividade produtiva é um importante elemento para explicar, ou, ao menos indicar, a lógica da produção e da organização territorial espacial. A dinâmica dos novos espaços econômicos baseados no capital flexível, atividades de ponta e desenvolvimento endógeno estimula a produção sócio-espacial ao estabelecer relações não apenas no espaço regional, através da hierarquização do sistema urbano, mas também no espaço intra-urbano através da intervenção direta no mercado de trabalho e indireta, pela materialização do capital sob a forma das estruturas espaciais urbanas.

Alguns impactos marcantes do paradigma pós-fordista, viabilizado pela acumulação flexível do capital são: o processo de desindustrialização de espaços tradicionais, a formação das metrópoles terciárias e de comando, o crescimento das cidades médias e a emergência de novos espaços produtivos no interior dos estados e também do país provocando acelerada urbanização de áreas periféricas e de fronteira econômica.

É importante destacar que os impactos sobre a rede urbana devem ser entendidos dentro das novas estratégias locacionais e ajustes empresariais para a manutenção da acumulação do capital, no entanto, não se deve dissociá-los, pelo menos no início, da atuação do Estado presente nas propostas políticas em escala nacional, nos planos de desenvolvimento de áreas periféricas; estadual nas políticas para interiorização do parque industrial paulista e municipal nas políticas de atração de investimentos.

A opção de investimentos no interior, segundo estudos do IPEA/NESUR, explica-se pela tendência de se homogeneizar as vantagens de localização entre a RMSP e o interior, pelas condições estruturais existentes – infra-estrutura, transportes, comunicações, proximidade do mercado consumidor, existência de mão-de-obra qualificada, centros de pesquisa, além das deseconomias de aglomeração, existentes na metrópole e ainda não presentes no interior, embora algumas cidades já comecem a apresentar alguns problemas urbanos típicos das grandes metrópoles.

Algumas regiões já apresentavam sua própria dinâmica econômica e infra-estrutura preexistente ao processo de desconcentração industrial, a exemplo da RA Central que teve sua estruturação econômica, em meados do século XIX com a cultura do café e fortalecida com a construção da Companhia de Estrada de Ferro do Rio Claro. A partir da crise cafeeira a região

passa por diversas reestruturações até sua conformação atual onde se observa uma grande variedade e diversidade de realidades econômicas, políticas e sociais.

Vale ressaltar que o recorte espacial selecionado para estudo limita-se aos municípios que compõem a RA Central, no entanto, muitos desses municípios sofrem também a influência da centralidade de outros pólos regionais como é o caso dos municípios de Borborema Ibitinga e Itápolis em relação ao município de Bauru, Porto Ferreira, Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro a Ribeirão Preto e Cândido Rodrigues, Fernando Prestes e Taquaritinga a São José do Rio Preto.

O texto está dividido em três seções. Inicialmente o debate se dá em torno das transformações recentes na economia mundial oriundas das reestruturações produtivas na passagem do paradigma fordista para o de produção flexível. A seguir, discute-se o processo de desconcentração da indústria paulista, a emergência de novas territorialidades e a reestruturação da rede urbana. A terceira seção contextualiza a dinâmica da Região Central no Estado de São Paulo, sua inserção e enquadramento nas diversas tipologias urbanas e regionais e traça um panorama do perfil sócio-econômico dos municípios que compõe a região.

A metodologia utilizada como referência para essa caracterização baseia-se no estudo realizado pelo IPEA/NESUR, na série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*; na classificação das tipologias regionais desenvolvida pelo Ministério da Integração Nacional para o PNDR a fim de identificar sub-regiões que mereçam investimentos e financiamentos por parte das políticas públicas; na classificação da *Tipologia das Cidades Brasileiras* desenvolvida pelo Ministério das Cidades em parceria com o Observatório Pernambuco de Políticas Sócio-Ambientais, e por fim, nos indicadores sócio-econômicos do banco de dados da fundação SEADE e IBGE.

2. Contexto geral: as reestruturações produtivas ao paradigma pós-fordista

Com a mudança do paradigma fordista para o de produção flexível, as relações entre o espaço e as estratégias de produção e reprodução do capital sofrem profundas alterações, assim como, a mudança do próprio papel da indústria que, sob o regime fordista privilegiava a grande empresa e os grandes centros urbanos e agora, sob o regime de acumulação flexível privilegia,

as médias empresas assim como sua localização também em cidades médias. Configura-se assim uma nova geografia derivada dos fatores de localização dessas atividades no território.

A configuração espacial mais contundente alcançada pelo poder de concentração e centralização iniciada nas cidades industriais e desenvolvida ao longo do modelo fordista de produção, são as metrópoles industriais. Mas o processo de negação dessas cidades inicia-se à medida que as economias de aglomeração se transformam em deseconomias de aglomeração e o processo de concentração se reverte em desconcentração industrial.

Com a crise do fordismo, a formação, ou reestruturação de cidades pós-industriais alterou a composição do capital no espaço, com o surgimento de um novo tipo de relação de produção e de organização do trabalho, fundamentadas na flexibilidade que se expressam na forma de tecnologia e informação, cujos fluxos em redes e circuitos espaciais permitiram a descentralização, a desconcentração e a desintegração industrial.

Uma das ocorrências espaciais do processo de flexibilização da produção é “a tendência à migração setorial do capital” que, segundo (BOTELHO, 2000), se converte também em “migração dos meios de produção”. Dessa forma, surgem novos arranjos setoriais, aglomerações industriais e terciárias, novos ramos e formas de se produzir e novos mercados de trabalho e de consumo.

A década de 1990 é marcada por significativas transformações na sociedade e economia brasileiras. O impacto das políticas neoliberais, a privatização de grande parte das estatais e a abertura da economia ao capital estrangeiro são alguns dos ajustes econômicos e produtivos ao novo paradigma de produção pós-fordista (flexível).

Para FERNANDES (2001), diante da crise de acumulação capitalista, dois tipos de ajustes estão ocorrendo: “os ajustes empresariais”, com o intuito de elevar as taxas de produtividade, reduzir custos e ampliar fatias de mercado e, “os ajustes urbanos”, que colocam em destaque o poder da escala local na produção de ambientes favoráveis aos ajustes empresariais.

Nesse novo contexto, o lugar passa a ter importância vital e, as estratégias para atrair o capital empresarial - principalmente o transnacional - por parte do poder público, favorecem a competição entre as cidades.

Na escala do lugar, para a promoção do desenvolvimento local, o objetivo é tornar-se atraente e criar, em cada local ou região, uma atmosfera favorável ao desenvolvimento de atividades econômicas através da dinamização de seus espaços, a fim de integrar-se ao circuito mundial de geração de valor. No entanto, mesmo oferecendo uma gama de vantagens, tem que existir concomitantemente o interesse do mercado nessa localidade.

A lógica locacional da indústria na década de 1990, baseada em paradigmas de produtividade e competitividade e marcada pelo processo de desconcentração industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo redesenha uma nova geografia urbano-industrial com do fortalecimento de cidades médias no interior do estado de São Paulo e também de outros estados do país.

No entanto, toda essa dinâmica industrial não enfraqueceu o poder de São Paulo, uma vez que nesse processo o que se transfere são as unidades produtivas e não o poder decisório. O que ocorre de fato é uma transformação no papel da cidade: de metrópole industrial à metrópole terciária, de serviços altamente especializados e de comando.

Juntamente com a atuação da lógica do mercado sobre o território a ação do Estado em suas diversas escalas (federal, estadual e municipal) também se materializa, segundo MATTEO e TAPIA (2002), ora em ações pró-ativas, ora, compensatórias:

De um lado, haveria o conjunto de ações pró-ativas voltadas para fornecer bens públicos (educação, treinamento profissional, acesso a informações técnicas a pequenas e médias empresas etc.) e de estímulo e favorecimento de sinergia entre os atores públicos e privados conectados em diferentes redes. De outro, um conjunto de ações compensatórias voltado para enfrentar os problemas sociais gerados ou intensificados pelo movimento de globalização capitalista. (MATTEO e TAPIA, 2002, p.78).

Complementando o debate sobre a atuação do Estado no desenvolvimento urbano e regional COPANS (2001) diz que, o que ocorre é a perda da capacidade regulatória do Estado Nacional sobre a economia globalizada, e “a emergência dos governos locais como promotores do desenvolvimento econômico exercendo com mais efetividade funções de atração e/ou de estimulação de atividades econômicas em seus territórios”. (COPANS, 2001, p.197).

2.1. A dinâmica da indústria paulista: os processos de concentração e desconcentração industrial

No período de 1970-1990 a desconcentração industrial é constatada pela perda das participações das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro na produção e no emprego industrial. Na Tabela I nota-se também que a Área Metropolitana de São Paulo – AMSP - apresenta um aumento de sua participação durante o período de 1950 a 1970 que marca o auge do processo de concentração industrial na RMSP.

TABELA I
Área Metropolitana de São Paulo: Participação na Produção e no Emprego Industriais (em porcentagem)

Discriminação	Anos				
	1950	1970	1980	1985	1990
<i>AMSP/ Estado de São Paulo</i>					
Produção	72,0	75,0	63,0	56,6	53,3
Emprego Industrial	65,0	70,0	64,0	62,0	60,0
<i>AMSP/ Brasil</i>					
Produção	34,0	44,0	33,0	29,4	26,3
Emprego Industrial	27,0	34,0	29,0	28,4	25,2

Fonte: FIBGE - Censos Industriais, 1970, 1975,1980,1985; in BRAGA, 2005

No mesmo período, 1970-1990 verifica-se o aumento da participação na produção industrial nas demais regiões do país e também no interior que apresentou melhores performances que a metrópole à medida que houve expansão da capacidade produtiva principalmente no setor químico e da agroindústria para exportação. A tabela II mostra a redução dos níveis de concentração na RMSP e o desempenho crescente da indústria da transformação do interior do Estado.

TABELA II
Distribuição espacial da indústria de transformação no Estado de São Paulo

Estado	Distribuição percentual do VTI da indústria de transformação				
	1970	1975	1980	1985	1990
São Paulo	58,1	55,9	54,4	51,9	49,2
a) Metrópole	43,4	38,8	34,2	29,4	26,2
b) Interior	14,7	17,1	20,2	22,5	23,0

Fonte: NEGRI (1996:143), adap. FRASCÁ (2006).

Segundo NEGRI (1996), essa perda relativa do estado São Paulo se dá principalmente no período pós 1967, que compreende a segunda fase da industrialização pesada. Este período é caracterizado pela adoção, por parte do governo federal direcionando os investimentos industriais para regiões periféricas, de acordo, com as diretrizes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II e do governo estadual nas políticas de descentralização para a interiorização da indústria paulista.

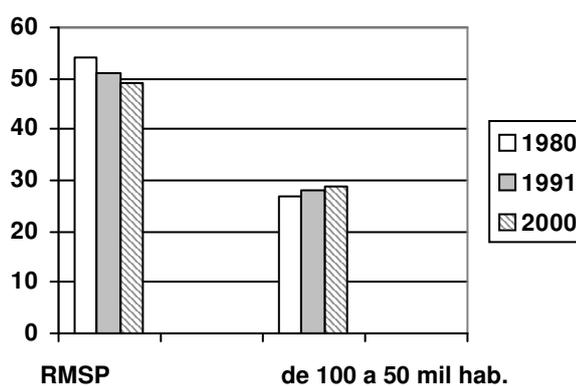
Outros fatores que propiciaram a descentralização e o processo de desconcentração industrial foram: facilidades de transporte e comunicação, mão de obra abundante, baixos salários, e vantagens fiscais (isenção de impostos e taxas, doação de terrenos, financiamento a juros subsidiados) oferecidas pela gestão pública de regiões pouco atrativas.

Vale ressaltar ainda as deseconomias de aglomeração provocadas pela aglomeração industrial e, segundo COUTINHO (1994), também as legislações para a proteção do meio ambiente, que criaram “dificultadores / limitadores” para o desenvolvimento industrial na RMSP e que em outras regiões podem ser mais brandas ou até mesmo nulas.

O processo de desconcentração e dispersão das atividades industriais que ocorreram e ainda ocorrem no estado de São Paulo, a partir da década de 1970, tem implicado mudanças importantes na dinâmica da rede urbana paulista, principalmente no sentido de uma maior urbanização do interior e concentração da população urbana em cidades médias.

As cidades de médio porte apresentaram nas últimas duas décadas um crescimento demográfico superior ao da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) como pode ser observado na Figura I.

FIGURA I
*População urbana por porte de cidade - Estado de São Paulo
1980-2000 (distribuição em %)*



Fonte: BRAGA, 2005.

Na tabela III verifica-se que em duas décadas ocorreu um crescimento de 41,2% dos municípios com população de 100 a 250 mil habitantes e de 125% dos municípios de 250 a

500 mil habitantes. Segundo dados do IBGE ocorreu também um aumento da participação do interior paulista no PIB nacional, que aumentou de 14,6% em 1970 para 23,40% em 1997.

TABELA III
*Municípios com população urbana superior a 100 mil Habitantes –
Interior do Estado de São Paulo – 1991 – 2000*

Classes de População Urbana	1980	1991	2000	Taxa de Cresc. 80-00
100 a 250 mil habitantes	17	16	24	41,2%
250 a 500 mil habitantes	4	9	9	125,0%
Mais de 500 mil habitantes	1	1	3	200,0%
<i>Total</i>	<i>22</i>	<i>26</i>	<i>36</i>	<i>63,6%</i>

Fonte: IBGE 2000 - Censos demográficos; in BRAGA, 2005.

Os impactos do crescimento dos centros urbanos intensificam o processo de urbanização e as estruturas intra-urbanas dessas cidades. BORDO (2005), no artigo sobre os eixos de desenvolvimento e a estruturação urbano-industrial do estado de São Paulo diz que:

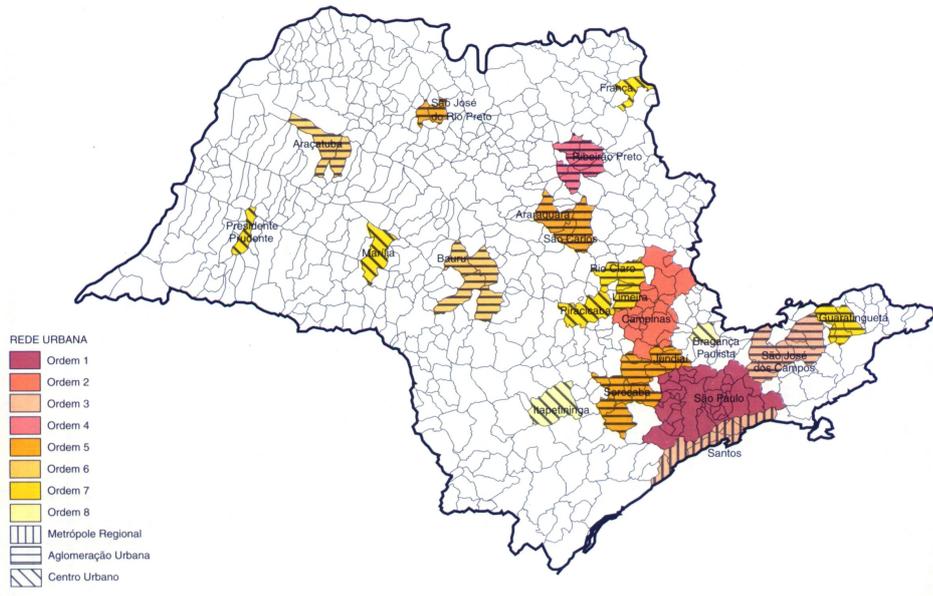
“Desde o final do século XVIII, urbanização e industrialização foram processos complementares, associados um ao outro. As primeiras máquinas exigiam grande quantidade de trabalhadores vivendo próximos das fábricas e, para a comercialização dos produtos industrializados, eram necessários os estabelecimentos comerciais, que são típicos do meio urbano. Também a infraestrutura criada para atender aos interesses de algumas fábricas, como abertura de estradas, ruas, fornecimento de energia, água encanada, meios de comunicação, atraiu novas indústrias para as cidades, aumentando a concentração de pessoas no espaço urbano”. (BORDO, 2005).

2.2. Expansão e crescimento das cidades médias: uma nova dinâmica na rede urbana

A formação de aglomerados urbanos em torno de algumas cidades médias é um processo fundamental para o entendimento da dinâmica sócio-espacial atual. A figura II mostra as aglomerações e os centros urbanos não metropolitanas do estado de São Paulo segundo o trabalho de caracterização e tendências da rede urbana do Brasil desenvolvido pelo: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), IBGE, Nesur (Núcleo de Economia Social Urbana e Regional) e Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados).

Na análise conjunta das Figuras I e II nota-se a expansão da atividade industrial e formação de aglomerações inicialmente ao redor da região metropolitana em direção à região de Campinas, à Baixada Santista, ao Vale do Paraíba e à região de Sorocaba e, posteriormente seguindo os principais eixos rodoviários do Estado de São Paulo: Bandeirantes (SP 348); Rodovias Anhangüera (SP 330); Washington Luís (SP 310); Anchieta (SP 150); Imigrantes (SP 160); Presidente Dutra (BR 116) e a rodovia Castelo Branco (SP 280).

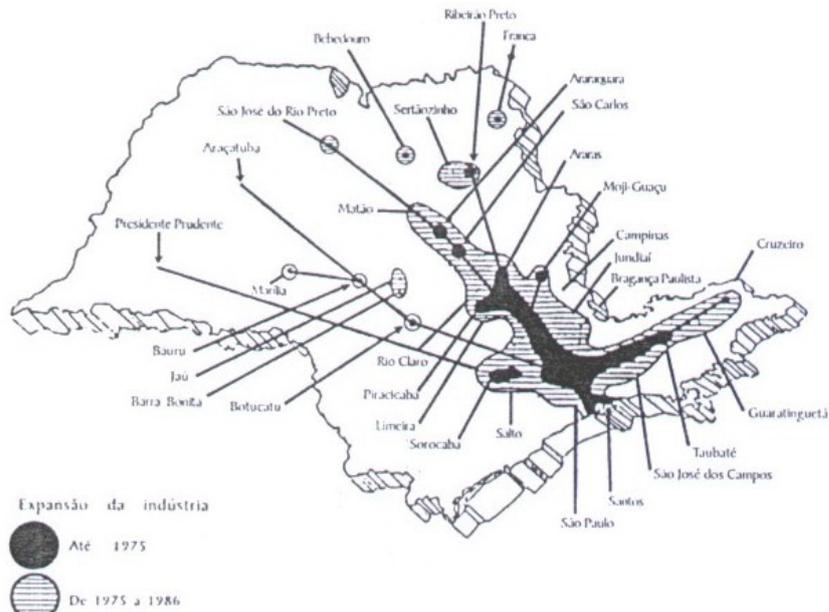
FIGURA II
 Estado de São Paulo
 Aglomerações Urbanas não Metropolitanas



Fonte: IPEA/Nesur/IBGE, 2002.

Definem-se ao longo dos eixos rodoviários os eixos de industrialização que se configuram como elementos estruturadores da rede urbana, interligando diferentes territorialidades e possibilitando fluxos de pessoas e mercadorias. Segundo SANTOS (1996)¹: “não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento...em realidade não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção”.

FIGURA II
 Eixos de Expansão da Indústria Paulista
 1975/1986



Fonte: Azzoni (1990).

O padrão de desenvolvimento urbano-industrial ao longo dos eixos rodoviários é resultante, entre outros fatores, das políticas industriais dos governos estaduais que em sucessivas gestões priorizaram a questão dos transportes, especialmente o rodoviário, enquanto elemento estruturador e articulador dos principais centros urbanos, criando condições para que estes pudessem acolher novos empreendimentos industriais, comerciais e facilitando o escoamento dos produtos da agro-indústria local.

O crescimento de cidades médias e aglomerações urbanas no interior do Estado de São Paulo definem, segundo BRAGA (2005), uma nova realidade urbana, na qual os problemas antes exclusivos das áreas metropolitanas passam a se apresentar também nas cidades médias que têm sofrido profundas alterações com intenso rebatimento nas questões intra-urbanas e que “implica a necessidade de novos instrumentos de ordenação e gestão urbana, no qual a viabilização do planejamento urbano passa por estratégias de gestão urbano-regional” entre as quais destacam-se: os consórcios intermunicipais, as agências de desenvolvimento e os comitês de bacia hidrográfica.

De acordo com os estudos do IPEA sobre a Rede Urbana Paulista os municípios do estado que possuem os maiores níveis de centralidade também estão localizados ao longo dos eixos de expansão da indústria paulista (Figura III) sendo que muitos constituem aglomerações urbanas (Figura II).

Nos aglomerados urbanos, muitas vezes a cidade que exerce a função de pólo regional desenvolve um determinado grau de centralidade que extrapola os limites de sua própria aglomeração influenciando também outros municípios periféricos. É o que se observa na RA Central onde os municípios de São Carlos e Araraquara possuem um razoável grau de centralidade “médio para forte”, no entanto, estão localizados próximos a quatro importantes municípios que possuem grau de centralidade “muito forte”: S.J.R. Preto, Ribeirão Preto, Campinas e Bauru.

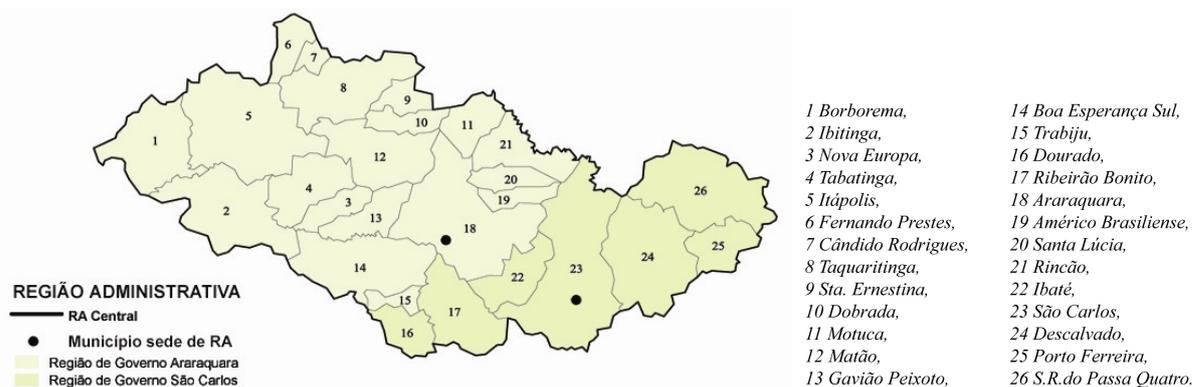
Sob esse contexto faz-se necessário um estudo que quantifique e qualifique o real alcance da influência dos municípios pólo sob os demais municípios da região a partir do momento em que se propõe a adoção de instrumentos de gestão urbano-regional. Este estudo representa um primeiro passo para tal investigação que tem o objetivo de identificar a dinâmica intra-

regional, as horizontalidades e verticalidades e traçar um perfil sócio-econômico dos municípios da Região Central do Estado de São Paulo.

3. Apresentação da RA Central

MAPA I

Municípios pertencentes à Região Administrativa Central



Base Cartográfica: Inpe (2005), elaboração: Frascá, (2006).

A Região Administrativa Central é composta por duas Regiões de Governo: a de Araraquara com 19 municípios e a de São Carlos com 07, somando-se um total de 26 municípios.

São Carlos se apresenta como pólo de alta tecnologia e como importante centro educacional e de pesquisas. O município recebeu grande impulso no início da década de 1950 com a abertura da Escola de Engenharia de São Carlos, vinculada à Universidade de São Paulo-USP e na década de 1970 com a criação da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar além da instalação de duas bases da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). São Carlos possui também um significativo número de estabelecimentos industriais.

Araraquara desenvolveu seu setor industrial a partir de produtos agrícolas, e hoje é considerada importante pólo sucroalcooleiro e citricultor. Na região desenvolve a função de centro comercial com intensa atividade no setor terciário.

Localizando-se a mais de 150Km da capital, o desenvolvimento industrial da região não poderia ser enquadrado na categoria de “desconcentração concentrada ou campo aglomerativo”, conceitos defendidos por (Azzoni, 1986).

No entanto, localiza-se dentro do polígono de desenvolvimento definido por Diniz (1991), além de apresentar algumas características que podem também inseri-la no conceito de

“desconcentração integradora” desenvolvido por CANO (1998), uma vez já que apresentava espaços industriais consolidados antes mesmo da década de 1970, período que marca o processo de desconcentração industrial a partir da RMSP.

3.1. Contextualização da RA Central nos estudos de referência

Para uma melhor compreensão da região propõe-se inicialmente sua contextualização em três estudos de referência para os planejamentos urbanos e regionais contemporâneos, desenvolvidos pelo governo Federal nos Ministérios: do Planejamento Orçamento e Gestão, da Integração Nacional e das Cidades, objetivando a compreensão da estrutura sócio-espacial brasileira, desigual e heterogênea, para a formulação de políticas territoriais em escala nacional, regional e municipal.

O primeiro estudo, realizado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e coordenado pelo IPEA/NESUR e IBGE na série “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil” – Brasília (2000), adota como escala as mesorregiões geográficas definidas pelo IBGE e classifica a rede urbana do Estado de São Paulo conforme sua classe de tamanho, localidade e função econômica.

Entre os indicadores utilizados estão: a posição dos centros urbanos no Regic², a localização das sedes das 500 maiores empresas do país, a população economicamente ativa (PEA), as taxas de crescimento da população e densidade demográfica e as análises de agrupamento. Tem como objetivo identificar os territórios submetidos à influência dos centros urbanos, os sistemas urbano-regionais (com base na espacialidade e dependência funcional intermunicipais) e a diferença entre as estruturas urbanas segundo o grau de urbanização, o nível de adensamento da rede de cidades e o grau de complementaridade entre núcleos urbanos que compõem a rede de cidades.

Segundo este estudo a Rede Urbana Paulista pode ser dividida em oito ordens de centros urbanos, na qual a RA Central possui a aglomeração urbana de Araraquara/São Carlos que se enquadra na *Ordem 5* (Aglomeração Urbana) assim como as aglomerações de Jundiaí, Sorocaba e São José do Rio Preto. A particularidade da aglomeração urbana de São Carlos/Araraquara é esta ter a função de pólo regional dividida entre estes dois municípios que possuem ainda níveis de centralidade “médios para forte”. Completam a aglomeração os municípios de Ibaté e Américo Brasiliense.

Com relação à localização nas mesoregiões geográficas definidas pelo IBGE, a RA Central possui municípios nas mesoregiões de Araraquara, Ribeirão Preto e Campinas.

O segundo estudo, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional, adota uma metodologia em escala micro-regional como ponto de partida para identificar as sub-regiões e os espaços prioritários para a atuação da PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional). Os principais indicadores utilizados foram: densidade demográfica, dinamismo econômico e renda familiar.

O resultado deste trabalho apresenta uma tipologia regional que define quatro conjuntos territoriais distintos, apresentados em cartogramas: (MR1) sub-regiões de alta renda; (MR2) sub-regiões de média e baixa rendas, mas de alto dinamismo recente; (MR3) sub-regiões de média renda, mas de baixo dinamismo recente; e (MR4) sub-regiões de baixa renda e baixo dinamismo recente, sendo que para cada tipologia o tratamento dos programas regionais deve ser específico e as micro-regiões que se enquadram no conjunto de médio/baixo dinamismo e média/baixa renda, são os espaços que requerem maior apoio governamental. Sob essa metodologia a RA Central enquadra-se na MR 1 - sub-região de alta renda.

O terceiro estudo, desenvolvido pelo Ministério das Cidades juntamente o Observatório Pernambuco de Políticas Sócio-Ambientais, utiliza a mesma base territorial adotada pelo PNDR assim como os estudos da posição das cidades na rede urbana (IPEA/NESUR-UNICAMP/IBGE) e traz a análise para a escala municipal a partir da qual desenvolve uma *Classificação (Tipologia) das Cidades Brasileiras*. Utiliza como indicadores dados demográficos, econômicos e sociais, considerando também a formação histórica e dinâmica atual dos municípios.

Utilizando-se como metodologia o estudo das *Tipologias das Cidades*, os municípios da RA Central estão classificados em:

- *Tipo 3 - Espaços urbanos aglomerados e centros regionais do Centro-Sul:* Araraquara e São Carlos.
- *Tipo 5 - Centros urbanos em espaços rurais prósperos com moderada desigualdade social:* Américo Brasiliense, Ibaté, Ibitinga, Matão, Porto Ferreira e Sta. Rita do Passa Quatro.

- *Tipo 6 - Centros urbanos em espaços rurais prósperos com elevada desigualdade social:* Descalvado, Itápolis, Taquaritinga.
- *Tipo 14 - Pequenas cidades com relevantes atividades urbanas em espaços rurais prósperos:* Boa Esperança do Sul, Dourado, Gavião Peixoto, Motuca, Nova Europa, Rincão, Sta. Ernestina e Sta. Lúcia.
- *Tipo 15 - Pequenas cidades com poucas atividades urbanas em espaços rurais prósperos:* Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Ribeirão Bonito, Tabatinga e Trabiju.

A partir dos estudos de referência, numa primeira análise, constata-se que, pelo trabalho do IPEA a RA Central está localizada em mesoregiões industrializadas e de intensa atividade econômica, onde os municípios de Araraquara e São Carlos exercem as maiores centralidades. Pelo trabalho do Ministério da Integração Nacional, no PNDR, a região localiza-se em Micro Região de Alta Renda e, pelo Ministério das Cidades na classificação das Tipologias Urbanas Brasileira verifica-se a existência de 05 tipologias sendo que todos os municípios enquadram-se em espaços rurais prósperos, entretanto, alguns com elevada desigualdade social e outros com pouca atividade urbana.

Observa-se, portanto, que apenas a partir do estudo do Ministério das Cidades são visualizadas as desigualdades e heterogeneidades da região e evidenciadas áreas que mereceriam políticas específicas para seu desenvolvimento econômico e social.

3.2. Caracterização do perfil sócio-econômico da RA Central

Para a caracterização do perfil sócio-econômico foi utilizado o banco de dados da Fundação Seade, a partir do qual foram elaborados mapas temáticos, gráficos e tabelas que permitem uma análise mais aprofundada da região.

Predomina na região os municípios de pequeno porte, (até 100 mil habitantes), superando esse valor somente Araraquara, com 193.634 e São Carlos, com 213.314 habitantes.

A região já se encontra bastante urbanizada, com a maioria dos municípios apresentando taxas superiores a 90%. O município mais urbanizado é Américo Brasiliense (98,21), que segundo dados da fundação Seade (2005), apresenta também índice de crescimento populacional (3,07), bastante acima das médias regional e estadual, respectivamente, 1,59 e 1,56. Com relação a sua participação setorial no VA (Valor Adicionado), o município apresenta as maiores

participações no setor industrial e de serviços. Motuca, o município menos urbanizado, apresenta maior VA no setor agropecuário (68,53%).

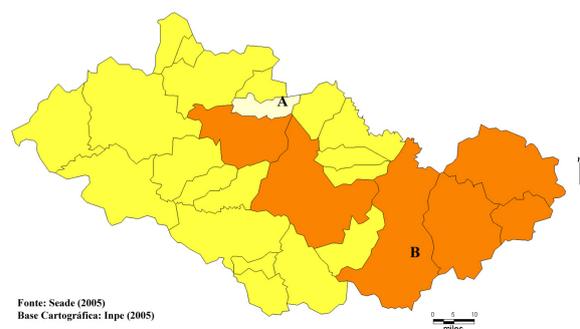
Os municípios que formam a aglomeração urbana de Araraquara/São Carlos: Américo Brasiliense e Ibaté tiveram a mesma trajetória histórico-econômica cujos desenvolvimentos se deram inicialmente pela presença da ferrovia e cultura de café e posteriormente pela cultura da cana-de-açúcar.

A particularidade está no padrão de desenvolvimento adotado por cada um a partir de um determinado período. Enquanto Américo Brasiliense atrelou seu desenvolvimento agrícola à atividade industrial sucro-alcooleira, Ibaté permaneceu com sua atividade econômica fundada no setor primário (produtor de matéria-prima). Apenas no final da década de 1990 é que o município diversifica sua economia e inicia seu processo de industrialização. Os impactos desse padrão de desenvolvimento podem ser observados nos indicadores econômicos e sociais dos dois municípios onde os índices de Américo Brasiliense são superiores aos de Ibaté.

Os indicadores sociais IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social), que medem as condições de vida da população, revelam uma concentração de *melhor qualidade de vida* na porção centro-leste da região, como pode ser observado nos Mapas II e III.

Tal concentração coincide com os municípios que apresentam maiores rendas familiares e Valor Adicionado predominante nos setores industrial e de serviços. Ver Mapas IV e V.

MAPA II
IDH dos municípios (2000)

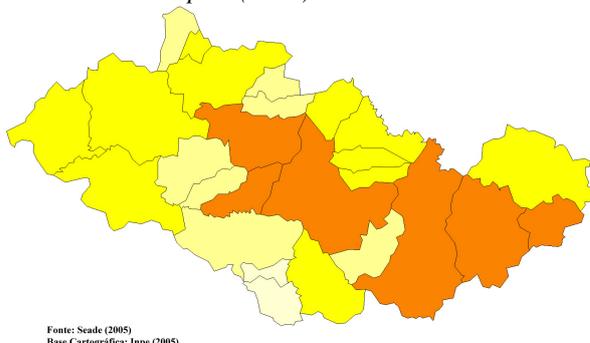


IDH (em %)

□	0,70 a 0,75
■	0,751 a 0,80
■	0,801 a 0,85

Município:
A - Dobrada - 0,745
B - São Carlos - 0,84

MAPA III
IPRS dos municípios (2002)

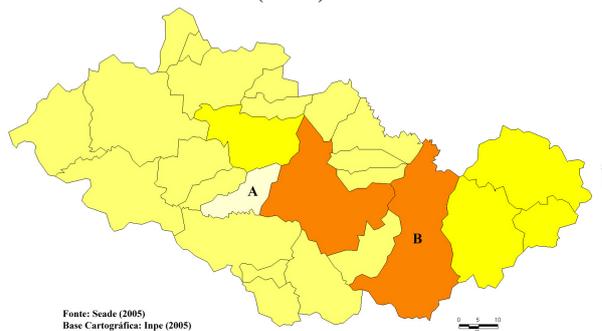


IPRS

■	Grupo 1
■	Grupo 3
■	Grupo 4
■	Grupo 5

Os indicadores econômicos reforçam a centralidade da porção centro-leste e dos municípios de Araraquara e São Carlos (Mapa IV) e apontam uma espécie de periferização da atividade agropecuária (Mapa V).

MAPA IV
Renda Média Familiar (2000)



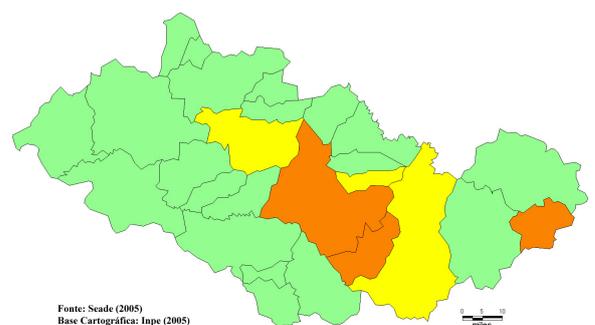
Renda Média Familiar (R\$)

- até 500,00
- 500,00 a 700,00
- 700,00 a 1.000,00
- acima de 1.000,00

Município:

- A - Gavião Peixoto - R\$492,74
- B - São Carlos - R\$1.054,78

MAPA V
Valor Adicionado Predominante (2003)



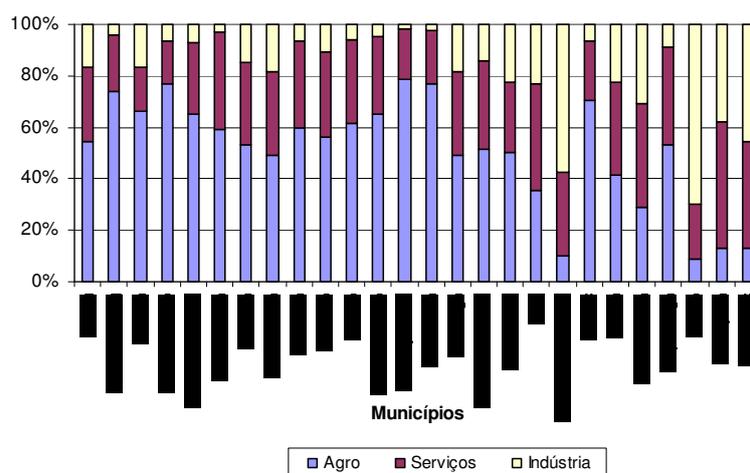
Maior Valor Adicionado

- Agropecuária
- Indústria
- Serviços

Verifica-se, portanto, a existência de um *eixo de desenvolvimento urbano* cortando a região valendo destacar que este eixo coincide com a área de influência dos eixos rodoviários formado pelas Vias Anhanguera e Washington Luis.

A decomposição setorial do valor adicionado pode ser verificada no Gráfico I onde se observa também um equilíbrio dos setores industrial e de serviços nos municípios de Araraquara e São Carlos, o predomínio da atividade agropecuária nos demais municípios e um forte caráter industrial nos municípios de Matão e Américo Brasiliense que apresentam bons indicadores econômicos e sociais e elevada taxa de crescimento.

GRÁFICO I
Valor Adicionado por Setor (2003)



Fonte: Seade (2005) elab.: Frascá (2006).

A Tabela IV contém Evolução e Participação dos municípios no PIB do Estado onde se observa durante o período de 2000 a 2003 uma taxa de crescimento do PIB Regional superior à de crescimento do PIB Estadual e também se observa também que a somatória dos PIBs dos municípios periféricos ao eixo de desenvolvimento acima destacado não chega a 50%.

TABELA IV
PIB dos Municípios 2000-2003

Município	Evolução do PIB (em Milhões de Reais)				Participação do Município no PIB do Estado			
	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003
Porto Ferreira	344,32	428,48	490,18	492,99	0,093	0,107	0,112	0,1
Taquaritinga	309,31	439,07	547,97	573,56	0,083	0,11	0,125	0,116
Matão	1.320,68	1.933,50	2.767,68	2.404,85	0,356	0,483	0,632	0,486
Araraquara	1.534,93	1.658,28	1.777,77	2.266,69	0,414	0,414	0,406	0,458
São Carlos	2.031,37	2.115,16	2.313,96	2.472,75	0,548	0,528	0,528	0,5
Demais Municípios	2.423,72	3.947,85	5.024,34	5.217,06	0,65	0,98	1,15	1,05
RA Central	7964,32	10522,35	12921,92	13427,9	2,148	2,626	2,949	2,714
Estado de SP	370.818,39	400.629,08	438.148,30	494.813,62	100	100	100	100

Fonte: Seade (2005), elab.: Frascá (2006).

A análise comparativa do Gráfico I e Tabela I revela uma característica importante da região. Embora predomine os municípios com atividade agropecuária, suas participações no PIB estadual são relativamente baixas, com exceção do município de Taquaritinga. Já nos municípios que apresentam as maiores participações no PIB Estadual, (São Carlos, Araraquara, Matão e Porto Ferreira), as atividades econômicas predominantes são a industrial e a de serviços.

Uma explicação possível para este fenômeno está na divisão territorial do trabalho onde, os municípios com base agrícola e produtores de matéria-prima operam com elevado número de população agrícola, rural e flutuante (bóias-frias) vivendo em precárias condições sociais enquanto outros municípios, em uma escala superior da cadeia produtiva, se especializam na manufatura, comercialização e distribuição dos produtos e ficam com as maiores arrecadações de ICMS.

Diante dos dados apresentados algumas conclusões podem ser tiradas, ainda que em caráter empírico. De forma geral a região apresenta bons indicadores demográficos, sociais e econômicos. No entanto, pode-se dizer que tal classificação aplica-se aos municípios que estão ao longo do eixo de desenvolvimento urbano formado pelos municípios de Itápolis, Taquaritinga, Matão, Araraquara, São Carlos, Descalvado e Porto Ferreira, onde ocorre concentração de população, trabalho, renda e serviços especializados nas áreas da educação, saúde e finanças.

Os municípios periféricos a este eixo, predominantemente rurais, apresentam baixos índices sócio-econômicos e problemas característicos do setor primário entre os quais, a questão do trabalho sazonal, muitas vezes informal e sub-humano e a forte migração na época das colheitas.

Trata-se, portanto de uma região heterogênea com diferentes tipologias urbanas, onde se constata, mesmo em escala regional, a hierarquização do sistema urbano nacional.

4. Conclusão

A relevância de uma metodologia para os estudos e caracterização do perfil sócio-econômico de municípios e regiões se dá à medida que possibilita sua inserção no campo dos estudos urbanos e regionais a fim de subsidiar projetos de políticas públicas para o desenvolvimento local a partir de um panorama onde dados sócio-econômicos são mapeados e espacializados e permitem uma melhor compreensão do conjunto e das inter-relações travadas entre as diversas territorialidades.

Neste trabalho buscou-se uma análise em diversas escalas. Inicialmente, no campo teórico-conceitual, o debate se dá sobre as reestruturações produtivas ao paradigma pós-fordista e sobre o processo de desconcentração industrial onde se verifica que o recorte espacial

selecionado é capaz de responder às questões temáticas levantadas, pois, a região em seu processo de modernização acompanha as reestruturações acima citadas e apresenta espaços produzidos pelo paradigma de produção flexível e atrativos para o capital transnacional como o Pólo Tecnológico de São Carlos e as agro-indústrias sucro-alcooleiras responsáveis pela inserção da região no circuito mundial de geração de valor e no competitivo mercado internacional.

Num segundo momento buscou-se a inserção da região em níveis, nacional, regional e municipal, em conceituados estudos no campo do planejamento urbano e regional. Verificou-se a partir desta abordagem a existência de inter-relações de funções e de dependência entre as cidades pólo e os municípios periféricos demandando a adoção de novos instrumentos e estratégias de gestão urbano-regional.

Por fim, a análise local com o objetivo de estabelecer quadros comparativos entre as cidades onde se verificou através dos dados coletados que a RA Central apresenta taxas de crescimento populacional e de PIB superiores à média estadual revelando a existência de um processo geral de atração e desenvolvimento regional, entretanto, como pôde observado através dos indicadores sócio-econômicos, um desenvolvimento desigual e concentrador típico ao processo da acumulação capitalista no Brasil que na reprodução e acumulação do capital produz uma modernização com atraso baseada na intensa divisão territorial do trabalho.

Vale destacar ainda as perspectivas de crescimento regional uma vez que a RA Central tem seus investimentos atrelados ao setor agroindustrial sucro-alcooleiro que, segundo estudos recentes do CNA (Confederação Nacional da Agricultura)³, se destaca um dos setores passível de grande crescimento econômico sustentado pela demanda mundial de combustíveis mais limpos e de fontes renováveis.

Esse quadro demanda a atenção por parte dos planejadores e gestores públicos a enxergar as contradições e a configuração sócio-espacial regional para evitar, na busca do desenvolvimento local, a potencialização das desigualdades inter municipais.

5. Referências Bibliográficas

BRAGA, R. “Cidades médias e aglomerações urbanas no estado de São Paulo: novas estratégias de gestão territorial”. São Paulo/SP, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20 a 25 de março de 2005.

BORDO A. A. “Os eixos de desenvolvimento e a estruturação urbano-industrial do estado de São Paulo, Brasil”. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Vol. IX, núm. 194: disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-79.htm>, acesso: Ago/2005.

BOTELHO, A. “Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital”. São Paulo: USP, 2000. (Dissertação de Mestrado).

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. Campinas: Ed.UNICAMP, 1998.

COUTINHO, L. G. Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas: Ed. Papyrus, 1994.

COPANS, R. “Os Limites da Ação Pública Local”. Rio de Janeiro, Anais do IX ANPUR, 2001.

FERNANDES, A.C. “Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo”. São Paulo, Espaço & Debates, nº 41, Ed. Neru, 2001.

IPEA et al. “Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil”. Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, Brasília, 2002.

MATTEO, M. et. al. “Características da Indústria Paulista nos Anos 90: Em Direção a uma City Region?”. Revista de Sociologia e Política, nº 18. Curitiba, 2002.

NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas, Ed.UNICAMP, 1996.

OBSERVATÓRIO PE et. al. “Classificação (Tipologia) das Cidades Brasileiras”. Relatório da Atividade 5.1, Recife, 2005.

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1996.

Notas:

¹ (SANTOS, 1996), propõe também uma diferenciação entre os processos que ocorre em espaços contínuos e os espaços dos fluxos entre pontos distanciados no espaço através das redes que os conectam entre si. Espaços contínuos são o locus da produção, e são chamadas Horizontalidades. As interações entre pontos distantes são chamadas Verticalidades. As horizontalidades, portanto, são a fábrica, as áreas de plantação, a cidade e suas imediações rurais, enquanto as verticalidades são os espaços onde circulam os fluxos que partem das horizontalidades. As verticalidades são também canais por onde os espaços hierarquicamente superiores comandam os inferiores. A divisão territorial do trabalho - que se acentua à medida que os lugares se integram através das verticalidades – cria o que Milton Santos chama de espaços do mandar e espaços do fazer.

² “Regiões de Influência das Cidades”, 1993. Elaborado pelo IBGE, com dados coletados em 1993, para caracterizar a rede urbana brasileira conforme sua centralidade.

³ Jornal Estadão 06/01/2007.